



Brasília-DF, 07 de novembro de 2024

## Meio ambiente e trabalho: "O Plano Clima e Caminhos para a COP 30"

Participe da live 'O Plano Clima e Caminhos para a COP 30' e descubra como enfrentar a emergência climática no contexto do trabalho.



### LIVE sobre Plano Clima e caminhos para a COP 30

Híbrido - Online | MMA 07/11/24 14h30 às 16h



A mudança climática é um desafio que afeta a todos e exige uma resposta urgente e eficaz. A transição justa é fundamental para garantir que as transformações necessárias sejam inclusivas e não agravem as desigualdades já existentes no mundo do trabalho.

Para discutir o assunto, as Centrais Sindicais e o Ministério do Meio Ambiente realizarão, nesta quinta-feira, 7 de novembro, a live "O Plano Clima e Caminhos para a COP 30", sobre emergência climática e suas implicações para o mundo do trabalho.

A live será das 14h30 às 16h e contará com a presença da Secretária de Mudança do Clima, Ana Toni.

A participação de todos é essencial!

Faça sua inscrição no formulário clicando [AQUI](#)

E [AQUI](#), o link para o evento

Fonte: Rádio Peão Brasil

## Diretores da CNTI participam de reunião no Conselho Nacional do Trabalho - CNT



Os diretores da CNTI, José Reginaldo e Eduardo Anunciato (Chicão), participaram da 5ª Reunião Ordinária do CNT, realizada em 04/11/2024, com a presença do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, cujas principais pautas foram: atualização sobre convocação da Conferência Nacional do Trabalho, as medidas e o papel do CNT; informação geral sobre registro sindical, mediações e registro de instrumentos coletivos - ajustes promovidos pela Portaria MTE 1.342, de 8 de agosto de 2024 que entrou em vigor em 1/9/24...; prorrogação do prazo para Atualização Sindical (SR) Portaria MTE 1628/24 e informe sobre quantidade de processos; balanço das SDs das entidades sem atualização de diretoria há mais de 8 anos - prazo 31/12/24; estoque de processos de Registro Sindical...).

## 16º Fórum Sindical Sul discute unicidade sindical



O Fórum Sindical Sul chega à sua 16ª edição em defesa da união do sistema confederativo e da unicidade sindical. Esta edição, organizada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e do Vestuário do RS, acontece no município gaúcho de Nova Petrópolis, de 04 a 06 de novembro.

A cerimônia de abertura ocorreu na tarde de segunda-feira no Hotel Alles Berg. A ocasião reuniu centenas de

**Brasília-DF, 07 de novembro de 2024**

autoridades e líderes sindicais, representando diversas categorias de trabalhadores dando uma amostra de que o evento se tornará um marco na defesa do sistema confederativo e da unicidade sindical.

O painelista da abertura, Senador Paulo Paim, que trouxe sua bagagem histórica em defesa do movimento sindical, fez uma análise do cenário político e abordou as perspectivas do movimento sindical da atualidade. O Senador propôs ainda uma cruzada nacional pela contribuição negocial, para a manutenção dos sindicatos.

Ainda durante o Fórum, o senador anunciou o seu afastando da política a partir de 2026, deixando uma lacuna na defesa da classe trabalhadora.

O segundo dia do 16º Fórum Sindical Sul, na terça-feira iniciou com a palestra da vereadora de Porto Alegre, Abigail Pereira, dirigente do PCdoB-RS, que atualmente também ocupa a função de Procuradora especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre. O tema abordado pela vereadora foi a "Inserção da mulher e da juventude na sociedade e na política".

Durante sua palestra a vereadora de Porto Alegre, Abigail Pereira, denunciou a precariedade a que a mulher trabalhadora é submetida

A tarde iniciou com a palestra do Desembargador do TRF-4, Marcelo D'Ambroso, que destacou o avanço das necropolíticas neoliberais que tendem a acentuar a tendência da mercantilização e uberização da vida, além da plataformização das profissões. O desembargador fez ainda uma veemente defesa do sistema confederativo e da unicidade sindical, além de alternativas para o futuro do sindicalismo brasileiro. Durante sua fala, foi incisivo ao apelar aos sindicatos para que passem para o modo digital, como alternativa para se aproximar da juventude e das bases.

Eleição de Trump e avanço da direita pauta os debates do último dia do Fórum Sindical Sul

Já na manhã desta quarta-feira, o técnico do DIAP, André Luis dos Santos, fez uma análise da conjuntura atual em nível nacional.

Na parte da tarde o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, abordou o tema "Retrospectiva e análise das conquistas do Fórum Sindical Sul e plano de lutas". Esse tema impactou tanto que o horário de debates foi estendido.

Finalizando o evento o presidente da FETIESC - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de SC, Idemar Martini e o jornalista da entidade, André

Gobbo, apresentaram um retrospectiva do trabalho do Fórum Sindical Sul desde sua criação e apontaram caminhos para uma articulação política e sindical que fortaleça as categorias.

O presidente da Feticvergs, João Nadir Pires, anfitrião do evento, foi enfático em dizer: "Quem participou desta 16ª edição do Fórum saiu com uma quantidade imensurável de informações. A troca de experiências contribui para formação sindical, oxigena o movimento e renova as energias para nos mantermos na luta".

Fonte: Fetiesc

## **Governo tenta manter controle do pacote**



Brasília informa: o mercado, sentindo-se fortalecido, sobretudo após as vitórias eleitorais recentes da direita, quer controlar as duas mãos do Estado – a que arrecada e a que distribui. Para tanto, o chamado mercado dispõe de um Congresso Nacional dócil e de persistente lobby na mídia.

"O pacote não deve demorar. Nosso empenho deve ser pra que sua execução não escape das mãos do Executivo, principalmente do Presidente Lula", afirma o consultor político (e ex-diretor do Diap) Antônio Augusto de Queiroz – Toninho.

Enquanto o pacote – pra conter arrecadação e cortar benefícios dos pobres (BCP, seguro-desemprego etc.) – não vem, o rentismo manipula o dólar, gerando instabilidade econômica.

**CENTRAIS** – O sindicalismo sai em defesa do seguro-desemprego e dos programas sociais. Nota da Força Sindical, dia 30, diz: "Parabenizamos o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, por se posicionar em defesa do seguro-desemprego, abono salarial e da multa de 40% nas demissões". E segue: "O presidente Lula precisa agir urgentemente. De preferência chamando as Centrais pra dialogar, e deixando claro que não mexerá em direitos".

Em seu site, a CUT cita dados do Caged, segundo os quais "a indústria criou 405.493 postos de trabalho de



**Brasília-DF, 07 de novembro de 2024**

janeiro a setembro, ou seja, 75,5% em relação ao mesmo período de 2023". Só em setembro, os empregos industriais tiveram saldo de 59.827 vagas – mais 40% em relação a setembro de 2023 e de 16% frente a agosto. Das vagas abertas no mês, 93% foram na indústria da transformação (55.860).

Toninho chama atenção para a forma dos cortes propostos pelos neoliberais do mercado, com respaldo na política e na mídia. "Querem via Emenda Constitucional. Ocorre que, se for assim, e não por Projeto de Lei, ficará mais difícil reverter o retrocesso".

**Junta Orçamentária** – Lula tem tratado com os ministros da Casa Civil, Fazenda e Planejamento, buscando definir forma, peso e prazo para o pacote.

**Mais** – Sites da CUT, Força e Caged

Fonte: Diap

## Lupi diz não ter 'o que cortar' da Previdência e que é contra mudança no mínimo

*Ministro disse que, nas discussões no governo sobre o pacote de corte de gastos, não há "nenhum corte previsto na Previdência Social"*

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil



O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse nesta terça-feira, 5, que não há o que se cortar nos gastos da pasta e que "pessoalmente" é contra uma mudança na valorização do salário mínimo, que teria impacto nos benefícios previdenciários pela indexação entre esses programas e o salário mínimo.

"O Ministério da Previdência não tem o que cortar, porque são despesas obrigatórias, constitucionais e previstas no Orçamento. Jamais um governo com esse cunho social iria tirar direito de quem tem direito. Discussão não passa por corte de direitos", afirmou Lupi, após reunião da bancada do PDT com o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato à presidência da Câmara.

Questionado sobre uma mudança em relação ao salário mínimo, respondeu: "Pessoalmente sou contra, e tenho certeza de que o presidente Lula também".

Segundo Lupi, "a discussão está na eficácia da administração pública, dar direito a quem tem direito, mas não deixar quem não tem direito e erradamente conseguiu permanecer com esse direito".

O ministro disse que, nas discussões no governo sobre o pacote de corte de gastos, não há "nenhum corte previsto na Previdência Social". "Essa é outra questão, (precisamos) acertar regras de quem ilegalmente recebe. Teve a pandemia e um afrouxamento de regras pela necessidade da população. Teve um aumento enorme de pessoas que passaram a receber sem um critério mais justo", declarou.

Lupi confirmou, ainda, que a obrigatoriedade de registro de biometria para benefícios da Previdência e do Ministério do Desenvolvimento Social – como o Bolsa Família, por exemplo – está na discussão do pacote de corte de gastos do governo.

Fonte: Estadão Conteúdo

## Supremo homologa acordo de reparação pela tragédia de Mariana

*Acordo prevê R\$ 170 bilhões para ações de reparação e compensação*



© ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/ARQUIVO

O Supremo Tribunal Federal (STF) homologou nesta quarta-feira (6) o acordo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015.

A homologação foi assinada pelo presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, e referendada pelo plenário da Corte.

O acordo foi assinado no mês passado pelo governo federal e prevê o montante de R\$ 170 bilhões para ações de reparação e compensação pelo desastre ambiental. Na época do acidente, a barragem era administrada pela Samarco, empresa controlada pelas

Brasília-DF, 07 de novembro de 2024

mineradoras Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana).

Do total de recursos, R\$ 100 milhões serão repassados para a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além dos municípios afetados pelos rejeitos. O dinheiro deverá ser aplicado em programas ambientais e de transferência de renda.

Outros R\$ 32 bilhões deverão ser aplicados na recuperação de áreas degradadas, reassentamento de comunidades e no pagamento de indenizações às famílias atingidas.

A fiscalização do cumprimento do acordo pelas mineradoras será feita pela Justiça Federal em Minas Gerais.

Fonte: Agência Brasil

## Câmara aprova projeto que garante maior proteção às mulheres contra assédio

*A matéria pune com seis meses a um ano de prisão a pessoa que fotografar por debaixo da roupa sem autorização, ou seja, captar imagens de cunho sexual*



Foto: reprodução/ Agência Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta segunda-feira (4) o projeto de lei que torna crime fotografar por debaixo da roupa sem autorização. É o caso das pessoas que usam smartphones para captar imagens de cunho sexual de mulheres nos banheiros, vestiários e em locais de aglomeração.

Para esse tipo de assédio, o projeto estabelece pena de detenção de seis meses a um ano e multa. A matéria seguiu ao Senado.

O projeto acrescenta o dispositivo à Lei Carolina Dieckmann, que foi sancionada em 2012, em homenagem à atriz que teve suas fotos íntimas divulgadas sem autorização depois da invasão de seu computador.

O autor da proposta, deputado José Guimarães (PT-CE), elogiou as mudanças ao texto original, como a previsão de punição da prática no Código Penal.

“Estamos votando um projeto importante nesta luta permanente de enfrentamento da violência contra a mulher. Isso também é uma violência, coberta, que acontece em diversos espaços no país”, lembra.

Na avaliação dele, praticamente todos os modelos de smartphones em operação no Brasil têm, dentre as suas muitas funcionalidades, a de captação de imagens, por meio de câmeras fotográficas digitais.

“E aqui, como no resto do mundo, um fenômeno desagradável tem se proliferado na mesma velocidade com que se expande a comercialização de smartphones: a captação não autorizada de imagens de cunho sexual”, diz Guimarães.

O texto também estabelece um mecanismo para acionar de forma imediata o canal de denúncia de violência contra a mulher, o Ligue 180.

“O projeto surgiu de uma sugestão de mulheres do Ceará, mas será um instrumento importante nesta luta permanente de enfrentamento da violência contra a mulher não só do meu estado, mas de todo país”, afirma Guimarães, que é líder do governo na Casa.

### Alertas

De acordo com o parlamentar, legisladores em todo o mundo têm se dedicado ao estabelecimento de regras que possam dificultar a ação desse tipo de ação.

No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, as câmeras digitais embarcadas em telefones celulares têm de, obrigatoriamente, emular o som de um obturador analógico, sempre que acionadas.

“No parlamento dos Estados Unidos, tramita um projeto de lei que pretende implementar o ‘Camera Phone Predator Alert Act1’. Entre outras medidas, esse projeto estabelece que todos os telefones celulares que contenham câmeras digitais deverão emitir um tom característico sempre que uma fotografia for tirada com o uso do equipamento”, explica.

O deputado diz que são medidas simples, que terão pequeno impacto na cadeia produtiva de equipamentos eletrônicos, em especial na de smartphones.

Fonte: Portal Vermelho